

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECISO
BACHARELADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

RICARDO JOSÉ DA SILVA

**Migração Camponesa na Zona da Mata Norte de Pernambuco: a trajetória dos
agricultores do engenho lagoa do meio para a cidade de Aliança - PE**

Recife, agosto 2021.

RICARDO JOSÉ DA SILVA

Migração Camponesa na Zona da Mata Norte de Pernambuco: a trajetória dos agricultores do engenho lagoa do meio para a cidade de Aliança - PE

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE.

Orientador: Profa. Dr. Cláudio Morais de Souza

Recife, agosto 2021.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S586m Silva, Ricardo José da
Migração camponesa na zona da mata norte de pernambuco: a trajetória dos agricultores do engenho lagoa do meio para a cidade de Aliança-PE / Ricardo José da Silva. - 2021.
27 f. : il.
- Orientador: Dr Claudio Morais de Souza.
Inclui referências e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2021.
1. Mecanização do campo. 2. Movimentos sociais. 3. Zona da mata norte de pernambuco. I. Souza, Dr Claudio Morais de, orient. II. Título

RICARDO JOSÉ DA SILVA

Migração camponesa na zona da mata norte de Pernambuco: a trajetória dos agricultores do engenho lagoa do meio para a cidade de Aliança - PE

Trabalho de conclusão de curso aprovado em ___/___/2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, por todos os membros da Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Claudio Morais de Souza – UFRPE

Examinador: Prof. Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito

Examinador: Profª. Dra. Roseana Borges de Medeiros

Migração camponesa na zona da mata norte de Pernambuco: a trajetória dos agricultores do engenho lagoa do meio para a cidade de Aliança - PE

Resumo:

Os processos recentes de reestruturação na produção de cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco, provocou o fechamento dos antigos Engenhos, ou a sua anexação à grandes Usinas de cana-de-açúcar. O presente artigo analisa a imigração e resistência rural dos camponeses da comunidade do Engenho Lagoa do Meio para a cidade de Aliança-PE. Considerou-se o processo histórico de modernização do campo brasileiro, suas consequências sociais e as lutas dos movimentos sociais rurais pela democratização do acesso e o uso da terra. Optou-se pelo uso do método qualitativo, baseando-se em técnicas de coletas de dados, como entrevistas abertas, uso de fotografias e visitas *in loco*. Conclui-se que o processo de mudança não foi apenas reflexos de forças econômicas, embora, tenha sido um dos elementos condicionantes para o fluxo migratório daquela localidade.

Palavras-chaves: Mecanização do Campo, Movimentos Sociais, Zona da Mata Norte de Pernambuco.

Introdução

Com a revolução industrial e afirmação da ciência no final do século XVIII e XIX, o campo rural foi mudando aos poucos a paisagem. Um espaço onde predominava o camponês, com seu modo de vida e sua forma de produzir sintonizado com a natureza, passa a ser transformado num espaço de produção onde o uso de novas tecnologias como máquinas e insumos são vistos como a maneira moderna de se produzir.

Rapidamente o trabalho manufatureiro dos campos rurais da Europa ganha técnicas específicas para acelerar a produção, com o propósito de suprir as demandas das cidades que crescem e se urbanizam. Nesta fase, todas as etapas de produção não pertencem mais a um artesão, mas sim, a vários, caracterizando uma nova divisão do trabalho que tem efeitos na vida dos camponeses.

Neste sentido, o meio rural passa a ser influenciado pela racionalidade científica e econômica moderna, surgida no meio urbano. Esses fenômenos modernizantes, que aconteciam com muita força na Europa e Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, também chegam aos espaços rurais brasileiro, que cada vez mais se conectam ao espaço urbano e adotam tecnologias industriais modernas.

A modernização da agricultura brasileira teve início na década de 1960, quando passa por uma transformação tecnológica significativa. Um período de fortes mudanças na estrutura de produção, com impactos na vida de camponeses e trabalhadores rurais, muitas vezes dispensados do trabalho e expulsos dos seus espaços de vida e produção, mas foi também um tempo de fortalecimento dos movimentos sociais. Havia uma luta no campo pelo acesso a terra.

Pernambuco não foi diferente, com o número cada vez maior das usinas de cana-de-açúcar fechando as portas, aumentava cada ano a quantidade de pessoas que deixavam os engenhos para morar nos distritos e cidades circunvizinhas, procurando garantir sua subsistência.

Essas cidades possuem poucos comércios logo, geram poucas vagas de empregos e suas vendas são aquecidas apenas na época da safra, quando as usinas estão funcionando, o que levou muitos a migrarem para outros estados, principalmente os da região Sudeste do país.

A migração é um processo de entrada (imigração) e de saída (emigração) de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, que se muda de um país para outro ou de uma região para outra, segundo o dicionário (AURÉLIO, 2019).

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2010, apenas cerca de 16% da população brasileira moram nas áreas rurais.

A Sociedade rural, especificamente o grupo familiar, tem sido alvo de diversas políticas públicas ao longo dos anos, principalmente os indivíduos com baixa capacidade produtiva, a fim de estimular a produção agrícola, além da preocupação com o meio ambiente e com a segurança alimentar e nutricional, daqueles que se alimentam dos seus produtos.

A agricultura familiar desempenha um papel importante na sociedade brasileira, já que, os alimentos produzidos por elas, se faz presente na mesa da maior parte da população brasileira. Esses alimentos são provenientes dos pequenos agricultores, quilombolas, Pescadores e outros povos tradicionais. (IBGE, 2017)

Esse sistema de produção da agricultura, tem a gestão administrada e compartilhada pela própria família, de onde retiram a sua principal fonte de renda. É um sistema produtivo que se diferencia por ter técnicas de manejo do solo que respeita o meio ambiente e preserva o ecossistema. (IBGE, 2017)

Os argumentos para criação de tais políticas são aduzidos como incapacidade dos pobres rurais se tornarem grandes agricultores e serem cooperadores do dinamismo da agropecuária brasileira. Enquanto não há para aqueles produtores, capital como estes, são lhes oferecidos o acesso a políticas sociais que podem lhe manter distantes da estatísticas de pobreza, contudo, tais medidas não tem o poder de faze-los progredir economicamente rumo à posição de empresário.

Essa ação é chamada de “inclusão produtiva” e basicamente refere-se à ação do Estado ou da própria sociedade civil organizada em face dos pobres rurais

Segundo, o censo agro do IBGE (2017), 15.105.125 pessoas, estão trabalhando nas propriedades agropecuárias. Desses, 73% que corresponde a aproximadamente 11.101.533 pessoas, tem algum tipo de vínculo familiar com o produtor, que caracteriza a agricultura familiar.

Dentre essas medidas de política social, podem ser citados algumas como: PRONAF, PRONATEC, Bolsa Família, Luz para Todos entre outros. Sendo estes uma inclusão produtiva que corresponde a distintos referenciais de desenvolvimento.

Assim, além da sociologia rural estudar sobre as mudanças socioeconômicas da sociedade rural, também pode-se destacar a percepção sobre a pertinência do desenvolvimento das suas categorias sociais, como a agricultura familiar, e a

multiplicidade de produções, inclusive as pequenas, que servem de alimentos para muitas outras famílias.

Essas produções migram da sociedade rural para as áreas urbana, servindo de alimento e nutrição para muitos indivíduos, que muitas vezes não possuem uma consciência do processo de produção daquele alimento até chegar a sua mesa, ignorando as atividades desses trabalhadores. Sendo observado que a características capital de produção agrícola, ultrapassa o seu território adentrando a urbanização, quando trata-se de alimentos, que são considerados mercadorias.

É notória uma predominância onde os próprios agentes participam ativamente do processo de mudança a caminho das cidades já que, a cada dia as usinas avançam com as plantações, reduzindo as terras que antes o agricultor usufruía para a subsistência e deixando de dar assistência estrutural para as casas dos engenhos.

Contudo, alguns agricultores, principalmente aqueles que encerram a vida laboral, os aposentados, buscam a migração para esses locais que, por mais diferente que sejam, ainda está muito ligado ao rural.

Nesse sentido o objetivo geral deste artigo é analisar o processo de imigração e resistência rural dos camponeses da comunidade Engenho Lagoa do Meio para a cidade. E como objetivos específicos buscam-se: 1. Discutir como os teóricos da sociologia rural e das migrações rurais contribuem para o entendimento do processo migração ou resistência dos camponeses do Engenho Lagoa do Meio; 2. Descrever as mudanças ocorridas no Engenho Lagoa do Meio que provocaram a emigração de parte dos moradores; 3. Investigar quais os fatores que influenciaram na migração dos camponeses do Engenho Lagoa do Meio.

Neste contexto, considerando o processo histórico da modernização do campo, bem como as novas relações comerciais imposta pelo capitalismo, agregado a insuficiência produtiva dos pequenos produtores, essas mudanças geraram fatores que contribuíram para dispersão da população rural.

Ainda, pode se refletir sobre a sociedade rural e os indivíduos que a compõem, bem como a necessidade atual de uma transformação social, analisando assim as trajetórias do desenvolvimento rural e as políticas públicas que podem ser implementadas para que haja democracia e igualdade dentro desta sociedade, através de uma inclusão produtiva, que todavia, se contrapõe diante de algumas consequências adivindas da capitalização das produções rurais e a objetificação dos produtos agrícolas,

tendenciando à políticas públicas de disputa entre o poder dos suprimidos, prejudicando a sociedade rural.

Este estudo se justifica pois olhando para a realidade dos camponeses, especificamente do Engenho Lagoa do Meio, percebe-se um grande esvaziamento do meio rural, com a transferência dessa população para a cidade. Considerando as características do objeto de estudo, relacionando a outros estudos sobre imigração rural, o processo de mudança não foi apenas reflexo de forças econômicas, embora tenha sido um dos elementos condicionantes para o fluxo migratório daquela localidade.

O ENGENHO LAGOA DO MEIO

O Engenho Lagoa do Meio funcionava como engenho de moenda da cana-de-açúcar, os antigos engenhos Banguês. Andrade (2005) informa que a produção dos Engenhos Banguês era autônoma e voltada para fabricação do melaço e cachaça, mas com a chegada das usinas, com instalações modernas de fábricas de açúcar, que consistia na produção de um produto final de mais qualidade para competir no mercado internacional, os engenhos passam a desempenhar outro papel: o de fornecedor da matéria-prima.

Mesmo com o crescimento de novas fábricas modernas de açúcar, sendo a primeira usina instalada no ano de 1890, pelo Barão de Vardesmer, no Estado de Alagoas, chamada de “A Brasileiro”, Andrade (2005) aponta para a brava resistências dos Engenhos Banguês, que mesmo com técnicas arcaicas, pouca produtividade e açúcar de baixa qualidade voltado para o mercado local, só veio ficar de “fogo morto” após a década de 1950.

No meado do século XX, quando o proprietário do engenho, na época, Luiz Monteiro, assumiu a administração, dedicou-se apenas a monocultura da cana-de-açúcar.

Localizada à 8 km às margens da BR 408, a comunidade do Engenho Lagoa do Meio está situada entre as cidades de Aliança e Timbaúba, na Zona da Mata Norte de Pernambuco.

O Engenho Lagoa do Meio, fundado em 1939, era composto inicialmente de aproximadamente trinta famílias com características extensivas, algumas vindas de outros engenhos em busca de emprego, outros tinham como objetivo ganhar uma casa já que muitos eram casados e viviam sobre o mesmo teto dos pais.

A sede do engenho era composta por uma casa grande construída de alvenaria em 1939, atualmente está desocupada e sua estrutura em ruínas. Faziam parte dos imóveis três galpões, sendo dois deles que funcionavam como oficina e garagem para os tratores, caminhões e maquinários. O outro galpão era usado para lazer nos finais de semanas, onde aconteciam os bailes locais. Havia também uma escola municipal que ensinava do jardim ao quarto ano do primário e um campo de futebol. Este último agora é uma plantação da cana-de-açúcar. Todas as outras estruturas já não existem mais, foram sendo demolidas a partir de 1994 quando a Usina Cruangi, hoje a Cooperativa do Agronegócio e Associados dos Fornecedores da Cana-de-Açúcar (COAF) assumiu a administração do Engenho Lagoa do Meio.

A partir de 1994, o até então senhor do engenho e administrador Luiz Monteiro, repassa as terras da sua propriedade e toda estrutura aos cuidados da Usina Cruangi. Apesar de não conseguir documentos comprobatórios, segundo alguns moradores, a transferência das terras ocorreu devido a dificuldades financeiras.

Com a nova administração iniciam-se importantes mudanças estruturais e sociais para comunidade. Os operadores de máquinas, Tratoristas, caminhoneiros e outros maquinistas, só desempenhariam essas funções se no mínimo soubessem ler e escrever o próprio nome. Os camponeses daquela comunidade tinham o nível de escolaridade baixa, em sua maioria eram composto de analfabetos e semi-analfabeto. No entanto, os maquinistas que não se encaixava na exigência tiveram os trabalhos remanejados para setores diversos como: o corte e plantação da cana-de-açúcar, aplicações da herbicida nas lavouras, lambaeiros ou bituqueiros, dependendo da região.

Foi o caso do primeiro entrevistado o senhor José João da Silva, conhecido como Zé Maior, com 59 anos, dois casamentos, sete filhos, estudou apenas a primeira série do primário. Ainda de acordo com o senhor. Zé Maior que, na época era operador de máquina pesada (tratores), financeiramente teve um impacto drástico na sua vida familiar e profissional. Os rendimentos salariais reduziram e por não ter a qualificação necessária para a operação do maquinário, foi desempenhar os trabalhos no campo. Assim como ele, outros funcionários foram relocados para o plantio da cana-de-açúcar.

Após a chegada da usina Cruangi, o senhor José João mudou-se para três locais diferentes, dois engenhos e uma fazenda, que segundo ele foi a procura de um emprego com máquinas mas não conseguiu. Atualmente ele mora no Engenho Lagoa do Meio com duas filhas e um neto e trabalha como servente de pedreiro na construção civil, na cidade do Recife.

A Usina Cruangi é considerada uma da agroindústria mais tradicional e importante do polo canavieiro de Pernambuco. Desde do ano de 2015 a gestão administrativa está sob a responsabilidade da Cooperativa do Agronegócio dos Fornecedores de Cana-de-açúcar (COAF). Desde que assumiu, a COAF diversificou a lavoura, além da cana-de-açúcar tem plantações de bananas e nin. Este último é matéria-prima para herbicidas e detergentes.

O segundo entrevistado, o senhor João Augustin Barbosa, 61 anos de idade, casado com a senhora Jacira Marques Barbosa, 66 anos, há mais de 40 anos, dois filhos (um casal). O filho tem 36 anos e a filha 45 anos casada. Atualmente os dois são aposentados, possuem casa própria e há mais de vinte anos, são moradores da Rua São Sebastião, no distrito de Caueiras, no município de Aliança, no Estado de Pernambuco. Eles falam com carinho ao serem questionado de como era a vida no engenho.

Senhor João Augustin, conhecido por João Reis, diz:

cheguei ao engenho ainda meninote, tinha dez anos, comecei ajudar os meus pais no roçado, cultivando o milho, mandioca e feijão. Depois já grande, fui ajudar o meu pai no corte da cana. Primeiro, ajudei a amarrar os fechos de cana, em seguida cortava. Aos quinze anos tive o meu primeiro emprego no Engenho Lagoa do Meio, avulso, sem carteira assinada. Fazia tudo, desde corte, plantação, ao tombo da cana nos ombros. Era pesado, sofrido. Mas não tive estudos. Na época a escola era muito longe, só tenho a primeira série do primário. (Entrevista de campo, 2021).

E completa:

meus filhos tiveram sorte, ainda estudaram na escola do engenho. Eu e a mulher já estávamos velhos, não tinha mais cabeça para aprender. Mas também, teve muita coisa boa. Foi lá que conheci a minha Jacira e criei os meus filhos. Nos sábados dançava forró no galpão de cima e nos domingos jogava futebol no time do cruzeiro de Lagoa do Meio. Era um tempo bom (risos) (Entrevista de campo, 2021).

Quando perguntados o que motivou a saída do engenho, responderam:

era muito sacrifício para fazer a feira. Quando acabava alguma carne, tinha que esperar até o sábado quando o caminhão do engenho iria para a rua. Médico também era um sacrifício. E também a usina acabou com o nosso roçado, o feijão que plantava mal dava para gente comer. (Entrevista de campo, 2021).

Antes de morar no bairro de Caueiras, Aliança-PE, residiram em outros locais, o último em Recife, quando resolveram retornar à Zona da Mata Norte, há mais de vinte anos. Segundo ele, não se adaptou à cidade grande. Como complemento da renda, senhor João tem um fiteiro localizado na praça central, onde vende doces, pipocas e salgadinhos.

Outro caso semelhante se aplica ao terceiro casal de entrevistados. O senhor José Mariano de Sousa (conhecido como Perreca), 65 anos, casado há quarenta anos com a senhora Maria José Casemiro de Sousa (conhecida como Fulô), 65 anos, ambos aposentados, pais de onze filhos, desses quatro estão casados, um falecido e os restantes solteiros. Três deles trabalham na construção civil e lanchonetes. Todos ex-moradores do Engenho Lagoa do Meio e que estão há dez anos morando em Caueiras. Sr. Mariano cursou até a terceira série do primário e Sra. Maria José só fez a primeira série.

O senhor José Mariano, apesar de ter levado uma vida em comum ao dos nossos entrevistados, senhor. João Reis e senhor Zé Maior, ele se destaca por ter aprendido outra arte, a de pedreiro. Segundo ele, trabalhou muito na agricultura, no plantio da cana-de-açúcar, mas logo passou a ser ajudante de pedreiro, fazendo as manutenções nos telhados, paredes das casas dos engenhos. Este ofício desempenha até hoje, mesmo morando na cidade.

Ao ser questionado se na rua aparece muita proposta de trabalho na área, ele responde: “sempre aparece um bico aqui, levantar uma parede lá, subir a base de uma casa. Não sou profissional, mas, as pessoas gostam do meu trabalho” (José Mariano de Sousa, entrevista de campo, 2021).

Perreca, como é chamado, lembra que o que mais gostava de fazer nos finais de semanas quando morava no engenho era ir ao campo assistir o time de futebol que ele também ajudou a fundar e que os seus filhos jogavam.

Já a senhora Maria José (Fulô), fala emocionada das festividades religiosas do mês Mariano. Terços que aconteciam na casa dos moradores do engenho, a cada noite

diferente. Ela relata: “era lindo ver aquela multidão, rezando e reunidas nos “terreiros das casas”. (Maria José Casemiro de Sousa, entrevista de campo, 2021).

CONTEXTO HISTÓRICO DAS MUDANÇAS SOCIAIS NO RURAL BRASILEIRO

Para Fernandes (1963, p. 84, apud WANDERLEY, 2010), a trajetória de mudança social da sociedade rural brasileira pode ser considerada profundamente marcada pelo embate entre o denominado “antigo regime” e a “instauração de um novo padrão civilizatório na sociedade brasileira.

Contudo, vale mencionar que não há uma divisão concreta entre o antigo e o moderno, visto que para o autor (FERNANDES, 1963, apud WANDERLEY, 2010), ambos podem repercutir em diversas espécies e fusões e composições, visto que as transformações dependem de variáveis e ocorrem de forma lenta e paralelamente.

O antigo regime refere-se as forças sociais herdadas do sistema colonial, que externamente significa a dependência em relação ao capitalismo internacional, e internamente possui uma reprodução por formas de dominação patrimonialistas e de relações arcaicas de produção dentro de um ambiente rural. (FERNANDES, 1963, p. 55, apud WANDERLEY, 2010)

A mudança social ao longo dos anos passou a eliminar o antigo regime e buscou alcançar o nível de integração da civilização fundada na ciência e na tecnologia científica (FERNANDES, 1963, p. 55, apud WANDERLEY, 2010) assim, o Brasil passa a assumir uma forma histórica do capitalismo agrário, diante da economia urbano-industrial, dependente das atividades rurais.

Essa mudança contou com alguns fatos da história brasileira como a “independência nacional, a abolição da escravidão e a proclamação da república” (FERNANDES, 1963, p. 92, apud WANDERLEY, 2010), e os interesses das camadas sociais.

Neste sentido, a partir de então ocorreram diversas evoluções, iniciando com o rompimento econômico com a escravatura e o desenvolvimento do trabalho, de um mercado com relações econômicas, surgindo assim vínculos entre os indivíduos, prosseguindo o crescimento agrário e contribuindo para o capitalismo moderno e a relação de dependência entre o urbano e o rural.

A relação entre o urbano e o rural passa a ser um importante fator para a transformação da economia agrária, reproduzindo relações de produção de trabalho, que o autor Fernandes (1963, p. 137, apud WANDERLEY, 2010) considera uma “atrofia do

padrão de desenvolvimento capitalista da economia agrária”. Assim é possível definir a sociedade rural como capitalista, integrando a reprodução do setor agrícola, as relações de trabalho inseridas e o mercado de compra e venda.

Isto porque, para que a reprodução econômica rural ocorra, é necessária a contratação de um trabalhador assalariado e capital para esta condição. (FERNANDES, 1963, p. 142, apud WANDERLEY, 2010). Assim, o empresário rural possui uma posição de privilégio, pois são agentes imediatos de excedentes agrícolas para a sua reprodução social, em face de sua condição econômica, sociocultural e política, enquanto outros trabalhadores agricultores ou pesqueiros não conseguem participar desse mercado, instruindo muito das vezes sua própria família para o auxílio da produção.

Assim, a sociedade rural brasileira caminha para uma mudança social, conforme aduz Fernandes (1963, p. 279, apud WANDERLEY, 2010), que se refere a concentração demográfica, o crescimento econômico e a expansão tecnológica e democratização do poder. Contudo, a democracia (do poder, da riqueza e da cultura), para o autor (FERNANDES, 1963, apud WANDERLEY, 2010), é o ponto mais importante para promover o crescimento econômico rural.

Ressaltando ainda que não basta introduzir máquinas e outras tecnologias, bem como incentivos monetários a estes produtores, e sim ampliar o seu horizonte intelectual como um empreendedor, para formação de uma mentalidade econômica relacionada com o capitalismo. O autor (FERNANDES, 1963, apud WANDERLEY, 2010) compreende que o capitalismo por alguns é repudiado, tanto em sua forma social, como jurídica e política.

MODERNIZAÇÃO DO RURAL

A mecanização do campo se deu através das linhas de créditos do governo para potencializar e elevar o nível da produção agrícola do Brasil. Contudo, um novo sistema da produção agrícola estava implantado, o da agricultura intensiva, modelo pautado no investimento capitalista tecnológico de maior produtividade.

Essa transformação tecnológica não chegou de maneira uniforme no meio rural, o que causou uma segregação. Os maiores beneficiados foram grupos minoritários, os da burguesia rural, que detinham as concentrações latifundiárias.

Este processo de inovação técnica inserida na agricultura, interligado com os complexos industriais, é favorecido pelas mais diferentes técnicas aplicadas dentro da agricultura, somadas ao maquinário e insumos industrial (fertilizantes corretivos de solo, sementes melhoradas, defensivos agrícolas nocivos à saúde para o controle da praga, tratores, colhedoras, equipamentos de irrigação, etc). (DELGADO, 2006)

A burguesia verticalizou a produção em larga escala, integrado aos complexos agroindustriais. Enquanto os pequenos produtores produziam apenas o suficiente para subsistência e ficavam cada vez mais endividados.

As mudanças alteraram a relação e a dinâmica socioeconômica do espaço rural, bem como os processos de trabalhos, esses agora ligados à aplicação técnica de um modo de produção capitalistas, expandindo a agricultura aos demais setores da economia, ficando a produção rural dependente e interligada a economia global.

Contudo, a produção agrícola está cada vez mais subordinada a economia global para atender as demandas dos diversos setores da economia, alterando o mercado agrícola e o poder de decisão do agricultor, esse já não define o que produzir. (MATTEI, 2016)

A verticalização da produção trouxe efeitos negativos para o sistema da agricultura familiar, haja vista que, com o novo padrão de produção global, a indústria obteve o controle da produção, obrigando aos membros do sistema da agricultura familiar procurar outras formas de reprodução social que nem sempre são agrícolas.

Essas combinações de atividades agrícolas com outras monetárias, dentro ou fora do estabelecimento rural, alimenta uma nova estrutura social e econômica, unificando os conceitos de diversificação produtiva e agricultura em tempo parcial, permitindo ao pequeno produtor rural a geração de renda.

A pluriatividade vai muito além da agricultura, permite reconceituar a propriedade como uma unidade produção e reprodução que não seja exclusiva das atividades agrícolas.

A subordinação do meio rural ao capitalismo, assim como as novas formas de reprodução social, muitas vezes uma atividade que não tem haver com a produção agrícola aumenta a informalidade e precariza o trabalho já que estes não tem garantias trabalhistas. (MATTEI, 2016)

Outro ponto negativo das mudanças tecnológicas foi o agravamento das questões agrárias. Sem uma política pública efetiva voltada para mudança da estrutura agrária do

país, os governantes explicitaram a negação para alterar o curso histórico da concentração fundiária do Brasil. (DELGADO, 2006).

MIGRAÇÃO INTERNA E O ÊXODO RURAL

O urbano e o rural apresentam diversas formas distintas de organização social e espacial. O rural se apresenta por pequenas aglomerações, pequenos grupos familiares e de vizinhanças, envolvidas em relações com a natureza, enquanto o urbano tem correlação com a modernidade e a industrialização, com grupos sociais distintos.

Salientando que ambos não constituem uma posição e o espaço rural não desaparece diante do urbano, ainda, ambos dependem economicamente um do outro, pela condição natural de cooperação e solidariedade nos planos econômicos, político, social e cultural, mas que também são pautadas por hierarquia, desigualdade e conflitos.

A sociologia em geral e em especial a sociologia rural, nasce buscando compreender todas essas mudanças, tomando como objeto de estudo o meio rural entendido aqui como um espaço de vida pela singularidade que a sociedade rural possui nas suas formas de trabalho e de produção, sua relação com a natureza, sua identidade em relação a distribuição de recursos e rendas, acesso a bens e serviços, resolução de conflitos e as diversas transformações dos espaços rurais diante da relação entre este e o urbano, modelo de sociedade e urbanização. (WANDERLEY; 2009)

Com a crescente da industrialização urbana, o movimento migratório rural aumentou, transformando algumas cidades em grandes centros, expandindo as periferias, desencadeando problemas estruturais e sanitários, bem como trabalhos precários.

A ausência de uma política social para o projeto de uma reforma agrária igualitária e justa para distribuição da terra, somado as desigualdades regionais, contribuíram para o movimento migratório interno. Junto a todos esses fatores, a concentração latifundiária devido o aumento da produção que, por sua vez, abastece os complexos agroindustriais e o novo sistema de comercialização do mercado global, forçaram os pequenos produtores a migrar para área urbana.

Todas essas dificuldades da relação comercial do capitalismo com os pequenos produtores geram áreas produtoras de mão de obra para os latifundiários e originam importantes fluxos migratórios sazonais. Contudo, tanto os fatores da mudança, quanto

o da estagnação podem agir e estão presentes simultaneamente em uma mesma região. (SINGER, 1973, apud APARECIDA, MENESES, 1990)

Neste sentido, o caminho migratório campo-cidade, dispõe de aspectos características e desenvolvimentos econômicos peculiar, como diferencial para uma determinada região.

O NORDESTE E A DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO.

Na região Nordeste, a agricultura destaca-se pela sua pluralidade. No semi-árido nordestino a agricultura familiar predomina com a produção para subsistência. Algumas cidades possuem um cultivo mecanizado, voltada para a exportação de frutas, como o caso da cidade Petrolina, em Pernambuco. Já na zona da mata, de clima mais úmido, prevalecem as plantações da cana-de-açúcar presentes desde os tempos coloniais, orientadas para produção do álcool e açúcar, é o caso das cidades de Aliança e Timbaúba, localizadas na Zona da Mata Norte, do Estado de Pernambuco.

O Nordeste é conhecido como áreas de seca, ou em detrimento do cultivo da monocultura da cana-de-açúcar concentra a riqueza nas mãos de poucos em relação à maioria da população. Também é considerada como área essencialmente subdesenvolvida, devido à baixa renda per capita dos habitantes. (ANDRADE, 2005).

A Zona da Mata Norte Pernambucana possui um território de aproximadamente pouco mais de 8.000 KM (oito mil quilômetros), isso corresponde a quase 9% (nove por cento) de toda área do Estado de Pernambuco. A mata norte é composta por vários municípios, entre eles as cidades de Timbaúba, Aliança e Goiana, e tem como principal fonte hídrica o Rio Capibaribe Mirim. (CIRANO, 2019)

Como aponta Cirano (2019), a região tem uma população estimada em cerca de 600.000 habitantes, sendo na sua maioria, 441.303 pessoas, são moradores das áreas urbanas e pouco mais de 135.888 habitantes são do campo, de acordo com o censo demográfico do (IBGE, 2010)

A Zona da Mata Pernambucana, localizada entre o planalto da Borborema e o Oceano Atlântico, tem sua formação contínua representada por formação de barreiras próximas ao litoral, perto das cidades de Goiana e a capital de Pernambuco. (ANDRADE, 2005).

Andrade (2005) ressalta o clima, e o regime da chuva como elemento marcante da paisagem da zona da mata. Com isso, diferencia a zona da mata com temperatura quente e duas estações regulares, uma chuvosa e outra seca, ao contrário do sertão, de clima quente, muito seca que castiga os animais e a vegetação, dificultando a sobrevivência, levando a população a migrar.

Por ser localizada próxima a capital pernambucana, a região da Zona da Mata Norte tornou-se estrategicamente econômica para o escoamento da produção agrícola, já que tem a vantagem de está próxima dos principais moldais da logística (portos e aeroporto).

Desses dois extremos de clima se explora a terra de maneiras diferentes, embora economicamente uma está ligada à outra, política e socialmente tem suas diferenças: o nordeste da cana-de-açúcar e o nordeste do gado. O Nordeste da pequena propriedade e da policultura. (ANDRADE, 2005)

A Zona da Mata Norte, em particular as cidades de Aliança e Timbaúba é uma região marcada pela forte ocupação canavieira, com várias agroindústrias, dessas destacam-se as Usinas com suas extensas áreas de plantação da monocultura da cana-de-açúcar. Com uma economia predominante agrícola, a diversificação de outros cultivos como o das frutas, hortaliças e legumes, ajudam a fortalecer o comércio local. (CIRANO, 2019)

Andrade (2005) destaca a umidade do ar e as taxas pluviométricas anuais ao norte do Estado de Pernambuco que oscilam entre o litoral para o interior. Com base nas estações de algumas cidades do Pernambuco, sendo mais comuns nos postos pluviométricos de Goiana (1.981mm), Aliança (724 mm) e a Usina Cruangi (882 mm).

Nessa região, cercada por canavial, destacam-se as grandes quantidades de agroindústrias responsáveis pela geração de rendas e do aquecimento do mercado local. As usinas de cana-de-açúcar chegam a abrir um número significativo de vagas de emprego formal no período da safra.

Ainda de acordo com o Cirano (2019) as construções coloniais dos antigos engenhos banguê e a forte presença da religião, marcada pelos traços arquitetônicos das igrejas e conventos dos séculos XVII e XIX, destacam a cultura regional e promovem o turismo.

A região da zona da mata vem sofrendo grandes modificações na agricultura com a aplicação de técnicas no manejo do solo, bem como a cultura irrigada, substituindo o cultivo de algumas monoculturas coloniais em detrimento de outras

plantações regionais, que eram produto tipicamente do sul do Brasil. (ANDRADE, 2005)

A distribuição espacial da produção também alterou a paisagem da Mata Atlântica. As grandes produções de grãos saíram do Sul e Sudeste para as regiões Norte e Nordeste onde é possível cultivar em áreas maiores, promovendo um intenso desmatamento das matas nativas. (ANDRADE, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição do rural para o capitalismo moderno extinguiu a forma de produção do antigo regime, verticalizou a produção integrando a economia rural a urbana, alterando a dinâmica socioeconômica. Com isso, agravaram-se as questões agrárias aumentando a concentração latifundiária no Brasil e a precarização do trabalho já que este não tinha garantias trabalhistas. Assim, é possível definir a sociedade rural como capitalista, conectando a produção do setor agrícola as relações de trabalho inseridas e o mercado de compras e vendas.

Por um lado, a mecanização do campo possibilitou a diversificação da agricultura em outras regiões do Brasil, de clima mais seco. O Nordeste, especificamente a Zona da Mata Pernambucana onde predomina a monocultura da cana-de-açúcar, as técnicas da irrigação promovem o cultivo e a produção de frutas, mas, por outro lado, a natureza foi degradada com a crescente do desmatamento.

Outro fator importante causada pelas mudanças tecnológicas no campo brasileiro, foi a modernização do *parquet* fabril das usinas. Esse processo recente de reestruturação da produção da cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco, provocou o fechamento dos engenhos ou anexação as grandes usinas, elevando a desigualdade social no campo e o aumento do êxodo rural.

Esse processo de inserção de novos equipamentos nas usinas, permitiu uma maior produtividade mas, como consequência, também precarizou o trabalho, refletindo nos agricultores daquela comunidade, tendo em vista que, muitos não tinham uma qualificação para operar novas máquinas e tiveram que ser relocados para o trabalho no campo (cultivos, plantios, irrigação), além de ter as áreas de subsistências reduzidas como relatou os nossos entrevistados o Sr. José João (Zé Maior) e Sr. José Augustin (João Reis), que tiveram as suas rendas diminuídas, e a vida social totalmente afetada pela modernização do campo rural.

Neste contexto, considerando o processo histórico da modernização do campo, bem como as novas relações comerciais imposta pelo capitalismo, agregado a insuficiência produtiva dos pequenos produtores, essas mudanças geraram fatores que contribuíram para dispersão da população rural.

Diante do exposto, foi possível compreender alguns pontos de estudo da sociologia rural, e algumas características da mudança social rural brasileira ao longo dos anos, pautada no capitalismo.

Ainda, pode se refletir sobre a sociedade rural e os indivíduos que a compõem, bem como a necessidade atual de uma transformação social, analisando assim as trajetórias do desenvolvimento rural e as políticas públicas que podem ser implementadas para que haja democracia e igualdade dentro desta sociedade, através de uma inclusão produtiva, que todavia, se contrapõe diante de algumas consequências advindas da capitalização das produções rurais e a objetificação dos produtos agrícolas, tendenciando à políticas públicas de disputa entre o poder dos suprimentos, prejudicando a sociedade rural.

No entanto, percebe que o processo migratório dos agricultores do Engenho Lagoa do Meio não foi influenciado apenas pelas consequências do avanço tecnológicos, mas também pela ausência de uma política pública voltada para o público rural e a ação dos próprios agentes que participam ativamente do processo de mudança já que a cada dia as agroindústrias avançam com as platações.

Logo, considerando as características do objeto de estudo, relacionando a outros estudos sobre imigração rural, o processo de mudança não foram apenas reflexos de forças econômicas, embora, tenha sido um dos elementos condicionantes para o fluxo.

Neste sentido, a pesquisa científica descreveu a realidade dos agricultores da comunidade do Engenho Lagoa do Meio, bem como a sua forma de se reproduzir socialmente. Contudo, se tratando de um tema amplo, o presente estudo não abrange todos os elementos e particularidades que envolve o movimento migratório interno. Ficando a pesquisa aberta para novos questionamentos que possam contribuir com conhecimentos para a sociologia geral e em especial a sociologia rural que nasce buscando compreender todas essas mudanças, tomando como objeto de estudo o meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M.C.O. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. 334 p.

AURÉLIO D. Emigração. Imigração. Migração. Significado. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/emigracao/> Acesso em jan 2019

BRASIL, MDA/INCRA. **Plano MDA/INCRA para a Erradicação do trabalho Escravo. Brasília**, 2005, apud WANDERLEY, M. N. B. A Sociologia do Mundo Rural e as Questões da Sociedade no Brasil Contemporâneo. Ruris, v.04, n.1, p.21-36, mar. 2010.

BRUNO, R. A. L. **O ovo da serpente – Monopólio da terra e violência na Nova República**. Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP/IFCH, 2002, apud WANDERLEY, M. N. B. A Sociologia do Mundo Rural e as Questões da Sociedade no Brasil Contemporânea. Ruris, v. 04, n.1, p. 21-36, mar.2010.

CIRANO, M. Site **PE-AZ: Zona da Mata Norte de Pernambuco. Estados e Regiões**. Disponível em: <https://www.pe-a.com.br/o-estado/regiões/290-mata-norte/>>. Acesso em: Jan 2019

DELGADO, G.C. **“Questão Agrária no Brasil: 1950-2003”**. In: Luciana Jaccoub. (Org.). “Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo”. Oled. Brasília DF: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.

FERNANDES, F. **A sociologia numa era de revolução social**. São Paulo, Nacional, 1963. Coleção Biblioteca Universitária, Série 2º, Ciências Sociais, 12, apud WANDERLEY, M. N. B. A Sociologia do Mundo Rural e as Questões da Sociedade no Brasil Contemporâneo. Ruris, v. 04, n.1, p. 21-36, mar. 2010.

IBGE, Censo Agro 2017. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produtores Rurais**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro.>

IBGE. Censo agro 2017. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1.>>

MATTEI, L. **O Debate Sobre a Reforma Agrária no Contexto do Brasil Rural Atual**. Política e Sociedade (Online), v. 1, p. 234-260, 2016.

MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso – Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo, HUCITEC, 1994. Coleção Ciências Sociais, 34, apud WANDERLEY, M. N.B. **A Sociologia do Mundo Rural e as Questões da Sociedade no Brasil Contemporânea**. Ruris, v. 04, n.1, p. 21-36, mar. 2010.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009, apud WANDERLEY, M. N. B. **A Sociologia do Mundo**

Rural e as Questões da Sociedade no Brasil Contemporâneo. Ruris, v. 04, n. 1, p. 21-36, mar. 2010.

SILVA, M. A. M. MENESES, M. A. **Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões.** Revista Eletrônica do Nead, Brasília/ DF, v. 1, p. 1-14, 2007.

SILVA, M. A. M. **A Morte Ronda os Canaviais Paulistas, Reforma Agrária,** Revista da ABRA, Campinas, v. 33, n. 2, p. 111-411, agos/dez. 2006, apud WANDERLEY, M. N. B. **A Sociologia do Mundo Rural e as Questões da Sociedade no Brasil Contemporâneo.** Ruris, v. 04, n. 1, p. 21-36, mar. 2010.

WANDERLEY, M. N. B. **O Mundo Rural Brasileiro: acesso a bens e services e integração campo cidade.** Estudo Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 17, p. 60-85, 2009.

ANEXOS



COAF- USINA CRUANGI 2020



PÁTIO DOS CAMINHÕES DA COAF- USINA CRUANGI 2020



RIO CRUANGI 2020



BAGAÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR SAFRA 2020



CASA GRANDE DO ENGENHO LAGOA DO MEIO – 2020



VILAS DAS CASAS DOS AGRICULTORES DO ENGENHO LAGOA DO MEIO



ANTIGA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MONTEIRO 2020



IRRIGAÇÃO DO CAMPO 2020



IMAGENS DO SATÉLITE DO ENGENHO LAGOA DO MEIO. GOOGLE MAPS